



Eixo Temático

6- História das Instituições Escolares no Campo

Título

DE ESCOLA NOTURNA A GRUPO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA DE ESCOLARIZAÇÃO RURAL NA CAPITAL DE SÃO PAULO (1908 - 1930)

Autora

Ariadne Lopes Ecar

Instituição

Pós-Graduação em Educação da
Universidade de São Paulo

E-mail

ariadneecar@gmail.com

Palavras-chave

Ensino rural; Grupo Escolar Rural de Butantan e escolarização na Capital de São Paulo

Resumo

Este trabalho teve por objetivo conhecer a experiência de escolarização rural do Grupo Escolar Rural de Butantan. Situada na Capital paulista, a escola foi criada em 1933 pelo Decreto n. 6.047, expedido por Sud Menucci, que por sua vez nomeou a professora Noêmia Saraiva de Matos Cruz, para desenvolver sua proposta rural na escola em questão. Noêmia constituiu-se como uma mediadora importante na disseminação das práticas ruralistas. No Grupo Escolar Rural de Butantan, as crianças tinham aulas teóricas e práticas de agricultura e cuidados de animais, atividades que faziam parte do Clube Agrícola Escolar, além do programa de ensino oficial para o primário. A proposta da escola era de caráter experimental e ficou conhecida no Brasil e em outros países. A escola iniciou seu funcionamento como isolada mista em 1908, dentro do Instituto Serumphtherápico, passando a ser grupo escolar rural na década de 1930. Para conhecimento da escola foram utilizados os *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo*. A pesquisa sobre tal instituição foi importante para compreender a prática pedagógica de Noêmia Cruz e sua contribuição para o ensino rural paulista.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

“Ministrar o ensino primário através de atividades rurais”, era a proposta que embasava a matriz pedagógica do Grupo Escolar Rural Butantan. Criado pelo Decreto 6.047, de 19 de agosto de 1933, o grupo escolar mencionado foi uma instituição de referência para a prática do ruralismo pedagógico em São Paulo. A lei assegurava a instalação de grupos escolares e escolas vocacionais rurais visando tanto a formação de uma mentalidade escolar para as atividades agrícolas e pastoris, como para a zona marítima, com suas populações ribeirinhas.

Para dar início às atividades escolares ruralistas, foi nomeada a professora Noêmia Saraiva de Matos Cruz, em 1933, pelo Diretor do Ensino à época, Sud Menucci. Em seu livro *Pelo sentido ruralista da civilização*, Menucci descreve Noêmia como uma pessoa de “grande visão e de notável capacidade organizadora” (1935, p. 65), e que “dispoz-se a realizar a experiência, sosinha, desamparada de qualquer ajuda oficial, contando unicamente com seus recursos e com a sua competência” (*IDEM*). É pertinente observar como essa professora construiu sua formação para a prática ruralista, tendo se especializado em questões agrícolas no Departamento de Agricultura e em avicultura, apicultura e laticínios na Diretoria de Indústria Animal. Sua experiência diária tornou-a uma referência das práticas ruralistas naquele momento, uma especialista no assunto.

Uma escola isolada no Instituto Serumptherápico

No Butantan, zona oeste da cidade de São Paulo, havia uma fazenda de grandes proporções adquirida no final do século XIX pelo governo, para proceder à instalação de um laboratório que produzisse soro combativo à peste bubônica, surto que se propagou pelo porto de Santos, litoral paulista. O laboratório estava vinculado ao Instituto Bacteriológico, e em 1901 passou a ser denominado Instituto Serumptherápico tendo Vital Brazil Mineiro da Campanha como seu primeiro diretor. A escolha do Butantan se deu pelo fato de estar, praticamente, isolado do restante da cidade, visto que as obras de urbanização começaram somente por volta de 1930 pela Companhia City.



Ao instalar-se na Fazenda Butantan, Vital Brazil percebeu que os empregados que moravam lá não eram alfabetizados. Desse modo, se propôs a criar uma escola dentro do próprio Instituto sem ônus para o Estado. Chamou sua irmã mais nova, Eunice Caldas, para alfabetizar as crianças de dia e os adultos à noite. No *Anuário do Ensino* de 1908-1909 consta o nome de Eunice, como professora normalista da Escola Isolada Mista Noturna do Instituto Serumptherápico. A professora estudou na Escola Caetano de Campos, entrando em 1899, formando-se em 1900, quando foi nomeada como diretora do Grupo Escolar Dr. Cesário de Barros em Santos (CAPUTO, 2008).

O ano de 1908 foi importante para o ensino na Capital de São Paulo. De acordo com o *Anuário* de 1908-1909, o número de matrículas aumentou, escolas reunidas foram transformadas em grupos escolares, e estas sofreram desdobramento de suas classes. A população demandava mais vagas por ter crescido rapidamente. Em 1890 eram 64.934 habitantes; em 1900, 239.820; em 1920, 579.033; e em 1940, 1.318.539 (AZEVEDO, 1958). No *Anuário* de 1908-1909 constava ter havido anexação de escolas isoladas a grupos escolares e a Inspeção Geral de Ensino propunha a utilização da metodologia norte-americana, inclusive em sua sistematização dos graus de ensino, do *Kindergarten* até a *High School*, incluindo a *Normal School* e o *Teacher Colleges*.

O inspetor da Capital, que não se identificou no *Anuário*, teceu muitos elogios aos grupos escolares e não procedeu da mesma forma com as escolas isoladas. O imaginário da época dava certa credibilidade aos grupos escolares como se fossem as “escolas de verdade” (VIDAL, 2006). Por sua vez, as isoladas, que eram escolas com menos investimentos físicos e materiais estavam fadadas ao fracasso em comparação aos grupos escolares. Porém, as pesquisas em História da Educação têm mostrado que a escola isolada, a despeito de não ser a “ideal” foi um modelo de escola bastante difundido, sobretudo em áreas de difícil acesso.

Nesse mesmo *Anuário* - 1908-1909, o inspetor elencou 6 tópicos ao seu ver perniciosos ao bom funcionamento das escolas isoladas: a deficiência do preparo técnico dos professores recém-formados, o desamparo em que se achavam as escolas, péssimas instalações, o deslocamento das escolas das circunscrições que deveriam funcionar, o programa de ensino e a instabilidade dos alunos.



O inspetor argumentava acerca da limitada prática de ensino pela qual os alunos passavam na escola normal. Esse foi um assunto recorrente nos relatórios de ensino e mensagens de presidentes de Estado durante a Primeira República (ECAR, 2011). A prática de ensino parecia não ser suficiente para abranger uma série de problemas pelos quais as escolas primárias passavam, como ele mesmo disse “Bem merecem o nome de *isoladas* estas instituições de ensino” (p. 45, grifo do autor). Responsável por 18 grupos escolares e 142 escolas da Capital de São Paulo, o inspetor chamava a atenção para a falta de material para as isoladas, fator que, segundo ele, comprometia o trabalho do professor. Além da falta de materiais, a falta de uma estrutura adequada ao ensino fazia parte dos seus reclames. As salas muito pequenas não comportavam o número de alunos matriculados fazendo com que ficassem irrequietos. Esse problema parecia ser resolvido pelos próprios professores que mudavam a circunscrição das escolas em que trabalhavam a fim de obterem melhores espaços, ação considerada imprópria pelo inspetor por procederem sem consentimento da Diretoria Geral do Ensino. A solução, para ele, seria eliminar as escolas isoladas do perímetro urbano deixando apenas os grupos escolares, que já tinham recebido verba para desdobramento das classes.

Outra questão apresentada dizia respeito ao programa de ensino das escolas isoladas, que a seu ver eram mais complexos que os dos grupos escolares. Para o inspetor, a aprendizagem da leitura, linguagem, contabilidade e escrita seria própria para o modelo de escola isolada. Por último, a instabilidade dos alunos era um grande problema para o ensino público. O inspetor relata a troca de escolas sem se remeter a um motivo propriamente. Como tenho lido, principalmente no *O Estado de São Paulo*, nas primeiras décadas do século XX, a urbanização causou a retirada de algumas pessoas de suas moradias que possivelmente iam em busca de locais que lhes parecessem próprios para se estabelecerem, esse poderia ser um motivo de tantos deslocamentos entre as escolas ou mesmo de suas desistências. Vale destacar, que o inspetor confessa não ter tido ajuda para inspecionar todas as instituições da capital. Sendo assim, podemos concluir que havia um movimento para extinção das escolas isoladas e criação de grupos escolares, cumprindo seu perfil de instituições urbanas.



Conforme consta no *Anuário* de 1908-1909, o distrito de paz Butantan tinha uma população de 42.765 pessoas, com 6.109 alunos considerados como “em idade escolar”, desse total apenas 1.331 estavam matriculados em escolas públicas estaduais, dividindo-se em 12 escolas isoladas e 26 grupos escolares. Pela extensão territorial do Butantan, os números apresentados eram bem altos se comparados com o total da Capital: 281.835 pessoas, 40.256 alunos em “idade escolar”, 12.777 alunos matriculados em escolas estaduais (não havia iniciativa municipal, e as particulares não entraram na estatística), número distribuído em 145 escolas isoladas e em 236 classes em grupos escolares.

Tais valores mostram que muitas crianças ainda estavam sem escolarização, mas que o Butantan tinha um índice aceitável se comparado ao total da Capital. Mesmo assim, Vital Brazil articulou-se no sentido de criar uma escola isolada que servisse a crianças e adultos e que funcionasse dentro do Instituto Serumptherápico. Pela extensão territorial que a Fazenda Butantan possuía, imagino que a mobilidade não era tão fácil para os moradores daquele local. Desse modo foi instalada, e a professora normalista Eunice Caldas nomeada para lecionar.

Com a saída de Vital Brazil do Instituto, em 1919, Eunice também deixou a escola isolada onde trabalhou por 11 anos. Após sua saída, os funcionários solicitaram uma nova professora. No *Anuário* de 1919 consta que a vaga foi assumida por Dinorah Cirio Chacon. De acordo com Lael Vital Brazil (1996), a escola passou a se chamar Escola Isolada do Butantan, porém no referido *Anuário* não há nada que confirme sua proposição.

A lei n. 1.710 que organizou o ensino em 1919, inicia tratando das escolas isoladas do Estado de São Paulo, prevendo que poderiam funcionar em dois turnos, com exceção das noturnas. Estas tinham seu funcionamento das 19 às 21 horas, com um dia de folga se fosse de interesse dos alunos. A maleabilidade de funcionamento de outros turnos já era um indício da expansão da escolarização, tendo em vista que as estatísticas oficiais mostravam grande número de pessoas analfabetas. Outra questão pertinente é que a lei dispunha sobre casa própria para funcionamento da escola, inclusive para o professor, podendo funcionar somente se houvesse boas condições físicas. O professor



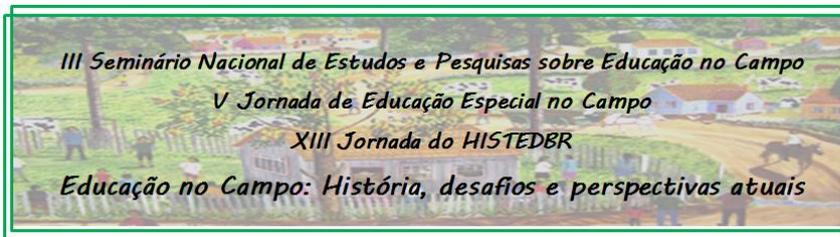
teria salário diferenciado, podendo perceber a quantia de 150\$000, enquanto que o adjunto de grupo escolar 100\$000. Ambas questões aparecem bastante nas reivindicações dos professores no início do século XX, os quais estavam amparados pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (CATANI, 2003), e que lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Tais medidas poderiam evitar a deserção de professores que trabalhavam nas isoladas rurais e que acabavam por deixar seu trabalho em virtude das péssimas condições nas quais trabalhavam.

Dinorah Cirio Chacon pode ter conciliado a nomeação com o trabalho de seu marido, Julião Joaquim de Freitas, que era administrador do Instituto Serumphtherápico. As condições de trabalho apresentadas na lei de 1919 podem ter ajudado a professora em sua escolha, que permaneceu nesta escola até sua aposentadoria.

Durante o tempo que ficou na Escola Isolada do Butantan, Dinorah conviveu com mudanças na organização escolar. Pela lei, se cada sala de aula não comportasse 30 alunos teria que se desdobrar, sendo assim, cada turno teria 2 horas e trinta minutos de funcionamento com 15 minutos de recreio em cada um deles. No caso dessa escola que tinha classe noturna, só poderia mesmo ter uma funcionando durante o dia, possivelmente pela manhã, pois as classes diurnas não poderiam existir tendo a escola classes noturnas.

O *Anuário* de 1922 previa o funcionamento das escolas isoladas de segunda-feira a sábado, das 11 às 16 horas, com 30 minutos de recreio, ou seja, 5 horas estando dentro da escola. Para os grupos escolares e escolas reunidas, o período de 4 horas, com recreio de 25 minutos. Nas escolas com classes desdobradas, o funcionamento seria de 3 horas por dia, sem recreio. O tempo de cada disciplina era dividido por 15, 20, 25 ou 30 minutos, dependendo de sua especificidade. As disciplinas eram parecidas nos três tipos de escolas, mas não possui subsídios para comparar em termos de conteúdos prescritos e não apenas de nome de disciplinas. Nas escolas isoladas as disciplinas ministradas eram: aritmética, leitura, linguagem escrita, caligrafia, história, geometria, trabalhos manuais, educação cívica, ciências, música, desenho, higiene e ginástica.

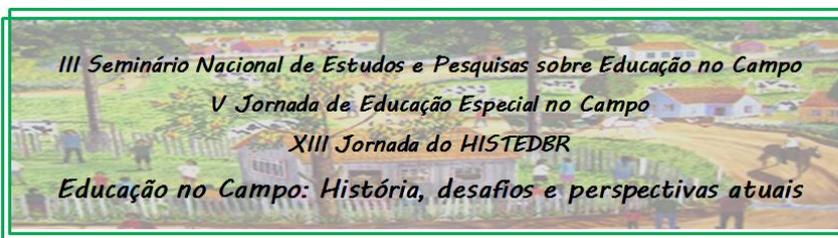
Lael Vital Brazil (1996) afirma que a Escola Isolada do Butantan passou a Escolas Reunidas por ter, ao longo dos anos, recebido muitos alunos. Porém, pela



historiografia da educação, as escolas reunidas eram aquelas que tinham uma organização mais simples que a de um grupo escolar, além de previrem o funcionamento de várias escolas em um mesmo prédio com distintas variações salariais (SOUZA, 1998b). O *Anuário* de 1920-1921 antevia a criação de uma escola reunida no Butantan sim, mas a de Pinheiros. Já no *Anuário* de 1923 aparecem discriminadas as Escolas Reunidas do Butantan e de Pinheiros, sem endereço. Portanto, não é possível afirmar se diz respeito à escola que funcionava dentro do Instituto Serumptherápico. Cabe destacar que a partir de 1922 há um decréscimo das escolas isoladas na Capital e ao mesmo tempo um aumento de grupos escolares e principalmente, escolas reunidas. Outro ponto é que em função de tal expansão, a estatística da Capital, que fazia parte da 1ª Região (juntamente com municípios como Cotia, Jundiaí, entre outros), passou a ser feita de forma única sem discriminação de escolas e seus respectivos nomes ou números, dificultando a localização.

Se nos anos anteriores houve um decréscimo de escolas isoladas, no *Anuário* de 1926¹ vemos o contrário. A justificativa era que com o objetivo de alcançar a população em idade considerada escolar, em lugares em que não havia escola, teria havido certo aumento. A lei n. 2.182-B, de 29 de dezembro de 1926, dava autonomia para a Diretoria Geral do Ensino criar 250 escolas, 200 nas zonas rurais e 50 nas urbanas. No ano seguinte, foram localizadas 112 rurais e 43 urbanas. Após a lei, o número de alunos matriculados nas escolas isoladas do Estado foi de 66.041, desse total 38.645 filhos de brasileiros e 27.396 de estrangeiros. A estatística do Grupo Escolar de Butantan era a seguinte:

¹ Não há *Anuário* de 1924 e 1925. O *Anuário* de 1926 foi elaborado de uma forma diferente dos outros, nele constava em sua maioria, estatísticas, mapas e fotografias e menos texto descritivo das atividades anuais da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo.



Quadro 1- Grupo Escolar de Butantan (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1926). Possuía 16 classes:

Matrícula			Eliminações			Nacionalidades		
Masculina	Feminina	Total	Masculina	Feminina	Total	Filhos de brasileiros	Filhos de estrangeiros	Total
387	367	754	110	122	232	227	627	754 ²

Matrícula efetiva média anual			Frequência média anual		
Masculina	Feminina	Total	Masculina	Feminina	Total
290,3	265,9	554,2	243,3	221,1	463,2

A preocupação em se criar escolas em locais distantes poderia abarcar assuntos muito discutidos naquela época: ensino rural, nacionalização do ensino, higienismo e eugenia. O primeiro para fixação do homem ao campo, o segundo para o “abrasileiramento” dos contingentes que chegavam de várias partes do mundo à procura de oferta de trabalho, e os últimos para conduzir os brasileiros ao enaltecimento físico, mental e moral. Tais questões não puderam ser aprofundadas neste trabalho.

A “experiência confirmadora” no Butantan

Ao folhear o *Anuário* de 1926, logo na página 13 há uma foto um tanto curiosa. São meninos fazendo ginástica, todos vestindo roupa branca, um conjunto de calça até os joelhos e camisa de botões. Nem todos estavam calçados, o que era comum para a época. A cena pode parecer um tanto corriqueira para historiadores da educação, exceto pela legenda “Grupo Escolar de Butantan. Uma aula de gymnastica”. Como os *Anuários* de 1924 e 1925 não existem, não consegui localizar a mudança de escola isolada para grupo escolar, nem nas leis e decretos disponibilizados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O fato é que em 1923 era Escola Isolada de Butantan e em 1926 Grupo Escolar de Butantan.

² O *Anuário* apresenta o total de 754 ao somar as nacionalidades dos alunos da escola. Porém, a soma resulta em 854.



Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1926, p. 13.

O Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, no artigo 12, parágrafo 6º trazia que “Ficam imediatamente transformados em grupos escolares rurais os atuais grupos escolares de Butantan e "Arnaldo Barreto" de Tremembé [...]”, ou seja, o Grupo Escolar Rural, foco desta pesquisa é aquele mesmo que em 1926 aparece como Grupo Escolar de Butantan. Este decreto foi estabelecido em virtude da criação de uma escola normal rural em Piracicaba e também dava outras providências. Outra pista está no *Anuário de 1926*, na relação de prédios arrendados pelo Estado de São Paulo. O prédio do Grupo Escolar de Butantan, que na divisão da Diretoria do Ensino fazia parte do 4º distrito da Capital, fora arrendado por 9:600\$000, em um contrato com data inicial de 01 de julho de 1925 (provável ano em que a escola isolada passou a ser grupo escolar) e final de 30 de junho de 1935.

O desígnio do governo ao constituir grupos escolares e escolas vocacionais rurais era de formar uma mentalidade voltada para as atividades agrícolas e pastoras, bem como para a zona marítima. Funcionaria em horários e com programas “especiais” determinado pela Diretoria Geral do Ensino. A prescrição mais contundente era a de que os professores e diretores fossem formados por escola normal rural, e na falta de candidatos especialistas a Diretoria ficaria incumbida de selecionar profissionais “compendor para o ensino rural”. Foi criado também, o setor de Inspeção Técnica do Ensino



Rural com “um inspetor-chefe obrigatoriamente diplomado em agronomia, com os vencimentos de chefe de serviço da Diretoria Geral do Ensino: um inspetor-agronomo; um inspetor-medico, e um inspetor-escolar para cada dez grupos escolares rurais”.

A lei também oficializava “em todos os grupos escolares do Estado” o Clube Agrícola Escolar, nos moldes no Clube do Milho criado em Piracicaba em 1925. O objetivo principal era “despertar, em todos os aglomerados urbanos, nas crianças, o gosto e o respeito pelas fainas agrícolas e a compreender os esforços realizados pelos nossos cultivadores e agricultores, no amanho da terra e sua colaboração na riqueza do país.” (ARTIGO 15, § 1º). O Estado não financiaria tal iniciativa ficando ao encargo de cada instituição levantar recursos para gerir o clube.

O artigo exposto deixa entrever várias questões com relação ao discurso oficial sobre ensino rural no Estado de São Paulo. O primeiro diz respeito à própria lei que parecia se direcionar apenas ao ensino rural, modalidade que na maior parte dos casos tinha a escola isolada como lugar legitimado para o seu desenvolvimento pelas suas condições de alcance, quando na verdade a lei se direciona aos grupos escolares do Estado, instituições em sua maior parte urbanas. Se a preocupação na época era manter a população rural no campo, não faria mais sentido criar clubes agrícolas nas escolas isoladas rurais? Contudo, esse não era o ponto principal. Mas, o cerne dos clubes estava em alcançar as escolas das zonas urbanas, os grupos escolares, aguçando nos alunos o gosto e o respeito pelos trabalhos agrícolas, uma espécie de propaganda e inculcação proporcionadas pela instituição escolar, e ainda sem ônus para o Estado. No Grupo Escolar Rural de Butantan, o Clube Agrícola Escolar foi a peça principal para o desenvolvimento da proposta pedagógica de Noêmia Cruz.

Em 1931, quando o Instituto Butantan³ passou por uma reorganização com o Decreto n. 4.941, havia no artigo 15º, parágrafo único, uma advertência no sentido de a instituição colaborar com a Diretoria do Ensino a fim de estabelecer ensino prático rural “a grupos de crianças destacadas” de escolas localizadas no Butantan. Esta recomendação fazia parte da ação que redundaria na criação do Grupo Escolar Rural de Butantan pelo Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, mencionado anteriormente.

³ O Instituto Serumptherápico passou a se chamar Instituto Butantan em 1925.



Curiosamente, em 18 de dezembro de 1933, o Decreto n. 6.225 sustou a execução do de n. 6.047. Os grupos escolares que haviam sido ruralizados voltaram à situação anterior, ou seja, sem poderem ofertar ensino rural, porém, o Grupo Escolar Rural de Butantan permaneceria ruralizado a título de experiência, mantendo a mesma remuneração de funcionários e de professores fixada anteriormente.

Mesmo parecendo uma situação provisória, Sud Mennucci (1935) considerou a experiência do Grupo Escolar Rural de Butantan como “confirmadora”, após tantas tentativas em se estabelecer o ensino rural em São Paulo.

Considerações Finais

Até o momento, não foi possível encontrar outras iniciativas de implementação de ensino rural nos moldes do Grupo Escolar Rural de Butantan. Pelos documentos acessados, incluindo o livro *Educação Rural* (1936) de Noêmia Cruz, a proposta pedagógica da professora funcionava dentro do que ela havia pensado para aquela instituição. Com isso, podemos afirmar que houve uma contribuição de Noêmia Cruz para divulgação do ensino rural, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, partindo do Grupo Escolar Rural de Butantan.

Referências

AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: Estudos da geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brasil Mineiro da Campanha: Uma genealogia brasileira*. Rio de Janeiro. 1996.

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. *Eunice Caldas - uma voz feminina no silêncio da história (1879-1967)*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Santos. Programa de Educação. 2008.

CATANI, Denice. *Educadores à meia-luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CRUZ, Noêmia Saraiva de Matos. *Educação rural*. Rio de Janeiro: Saber é poder Editores, 1936.



ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: A formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2011. 281 f.

MENUCCI, Sud. *Pelo sentido ruralista da civilização*: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo (1892-1935). Rev. Tribunaes, 1935.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares*: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização*: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: UNESP, 1998(b).

Fontes

Anuários de Ensino do Estado de São Paulo

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1908. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19080000.pdf. Acesso em 30/06/2015.

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1909. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19090000.pdf. Acesso em 01/07/2015.

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1919. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19190000.pdf. Acesso em 01/07/2015.

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1920. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19220000.pdf. Acesso em 01/07/2015.

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ano 1922-1923. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19220000.pdf. Acesso em 01/07/2015.